

A FORMAÇÃO DA SOCIEDADE BRASILEIRA: SUA RELAÇÃO COM OS BANTOS E MALÊS

Florentino Maria Lourenço¹

LOPES, Nei. **Bantos, Malês e Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

Muitos certamente questionarão e julgarão desnecessário tecer algumas considerações curiosas acerca do livro “Bantos², Malês e Identidade Negra”, olhando pela sua data de primeira publicação em 1988, data coincidente com a promulgação da Constituição da República Democrática no Brasil, que, de entre várias inovações, garante “proteção às manifestações das culturas [...] indígenas e afro-brasileiras ... portadores de referências à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (2021, p.202). Ademais, a atualização que o autor Nei Lopes faz nesta 4ª edição, no último tópico do livro “Identidade negra” revelam o quão é pertinente promover ações que se contrapõem ao mito da democracia racial que caracterizou o Brasil no processo de formação da sua sociedade.

Percorrer pelas 212 páginas, excetuando as referências bibliográficas do “Bantos, Malês e Identidade Negritude” de Nei Lopes, permite (re)encontrar a história de formação de Brasil enquanto Nação complexa e rica no seu processo de formação social étnico-racial. Certamente encontrará uma escrita de fluir e oscilar entre os campos da história enquanto ciência que estuda o homem no tempo e no espaço; da antropologia que nos permite compreender os vários processos da figura do negro na África-Brasil e no mundo, misturados na noção de temporalidade que nos atravessa, sem, no entanto, se descurar da história que os malês e os bantos partilham: a escravidão passada na construção do Brasil.

Trata-se de uma oferta nas mãos do leitor que reconstrói a história desses povos séculos antes de Cristo até aos nossos dias, que se organiza didaticamente para quem se interessa pelo

¹ Discente de doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação: Processos Formativos e Desigualdades Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Mestre em Pedagogia e Didática pela Universidade Metodista Unida de Moçambique (UMUM). Graduado em Licenciatura em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica Sagrada Família (UP-UNISAF/Moçambique). E-mail: florentinomarialourenco@gmail.com

² “Designa o grande conjunto de povos agrupados por afinidades linguísticas e culturais, localizados nos atuais territórios da África Central, Centro-Occidental, Austral e parte da África Oriental” (2021, p.97). Os bantos são povos que ao longo dos trezentos anos de colonização entraram e se espalharam pelo território brasileiro.

estudo dos povos africanos, islã e escravidão antes e durante a penetração e dominação colonial. Por esta razão o autor Nei Lopes se posiciona como leitura obrigatória para compreender a gênese dos movimentos negros na atualidade, bem como para ampliar os horizontes da história dos povos bantos e malês na África. Dividido em duas partes: malês e bantos que coincidem com os dois grandes grupos étnicos que se cruzam na formação cultural, social e identitária do Brasil. São estes dois grupos que alimentam os vários tópicos do livro, buscando resgatar e tornar viva a influência e a contribuição dos bantos africanos na construção e constituição da nação brasileira.

Mais do que uma discussão a dois polos em “Bantos, Malês e Identidade Negra”, Nei Lopes oferece um manancial relativamente inovador na relação conflituosa bantu, islã em África ao traçar práticas que são partilhadas por ambos. Ao abrir o livro, encontra-se a nota que se dirige das mãos do/a autor para o leitor/a, onde recorta o campo pelo qual a obra se desenvolve: a origem dos malês compostos pelos tópicos: o islã: nascimento e expansão; a África; a África antes do islã; Kasson e Djolof; Gana, Mali, Songai e Kanem; Ifé, Oyó e Benin; o islã na África e suas fases; o islã e o tráfico de escravos; o islã negro-africano no Brasil; os malês e as revoltas negras na Bahia; os malês e a autoafirmação do negro brasileiro. Os malês reportam o autor que são grupos supostamente pertencentes a “elite da massa escravizada no Brasil” (LOPES, 2021, p.9) minoritária que pratica um islamismo misturado e camuflado nas práticas da ancestralidade africana, o que o autor designa por fetichistas.

O segundo grupo, os bantos, que tem como tópicos: os “ancestrais esquecidos”; equívocos e preconceitos; origens e localização; na costa e nos sertões do leste; no rio Congo; no Cuanza e no Cuango; lubas, lundas e outros bantos; o saber e o espírito entre os bantos; trabalho e técnicas; África-Brasil-África; Reis, guerreiros e foliões; Santos, inquices e antepassados; calundas, candomblés, umbanda; línguas bantas e o português no Brasil; e, por fim a Identidade negra.

Facilmente o/a leitor/a do livro pode se interrogar: qual é a intenção comunicativa que o autor pretende alcançar ao trazer esta divisão? A resposta aparece explícita nas palavras do mesmo, derrubar a história anterior a 1970 que se caracterizava pela negação da presença e contribuição do negro na formação do Estado brasileiro e nas manifestações sociais e culturais de brasileiras e brasileiros como: dança, religião, gastronomia, farmacologia de entre outras.

Retomando os grupos colocados anteriormente, no que concerne aos malês, o autor refere que a sua origem embora remota da antiguidade aparece revestida de polêmica entre estudiosos. Todavia, parece consensual afirmar que os primeiros marcos datam do séc. VII depois de Cristo na península Arábica que se estendia pelos territórios árabes, Índia até Etiópia até onde se encontram as cidades de Meca e Medina conhecidos como grandes centros de trocas comerciais e também santuários da fé. Os malês eram povos nômades, criadores e comerciantes de rebanhos,

politeístas cultuavam cerca de 360 divindades entre eles: os ancestrais Allat, Vénus, Manat, Wadd para além do culto aos seus antepassados. A vida dos malês longe de ser pacífica, era conflituosa devido às disputas religiosas e comerciais o que conduziu a unificação das várias tribos pela nobreza da fé Hedjaz³, fazendo nascer a fé monoteísta do profeta Maomé em 610⁴ E.C. Esta unificação fez emergir novos embates entre Maomé e a fé de Meca que tinha como sua principal fonte o comércio maioritariamente realizado por povos politeístas, pois se entendia que o culto do monoteísmo podia enfraquecer o comércio e o reinado.

É sob este pretexto que se inicia a perseguição ao profeta Maomé que acaba por se refugiar em Medina. No entanto a doutrina de Maomé observou neste período mais expansão e adesão o que fez com que oito anos depois o profeta retornasse à Meca e transformasse Caaba num “santuário apenas muçulmano”(LOPES, 2021, p.19), desta forma nascia uma nova religião se que sustenta até aos dias atuais ancorada em alguns princípios: unidade divina; as cinco orações diárias, a peregrinação à Meca; a esmola aos necessitados e ao jejum no mês de Ramadan, práticas que depois da morte de profeta Maomé continuaram a se espalhar pelo mudo árabe.

É deste arcabouço histórico que Nei Lopes nos embala a questionar: como o islã chega ao território africano e brasileiro? Como os negros se apropriam do islã? O autor refere com amargura que até meados do séc. XX a África era tida cruelmente como território de povo sem história, pois o racismo estrutural política e ideologicamente implantado visava a exclusão negra. Este cenário começa a ser posto em causa a partir da década de 1960 quando nacionalistas e historiadores africanos se inscrevem no mundo, fazendo conhecer as 54 nações que se estendem em quase 30.000.000 m² de superfície.

A ligação entre África e o mundo árabe remota antes do islã, pois as trocas comerciais se faziam presentes desde o 1º séc. E.C, mas assim, seria a partir de 622 E.C que se inicia com a ocupação religiosa através da penetração e expansão da doutrina do Maomé, obedecendo duas rotas: a costa oriental de Somália até Moçambique, conhecidos como islã negro-africana e do Egipto até Magrebe, também conhecido como *Bilad al-Sudan* atingindo as extremidades da floresta equatorial. Mas seria em 639 E.C que se avança com a conquista do território africano pelos árabes a partir do Egipto em confronto com a tradição. Longe de ser uma historiografia fechada, Nei Lopes reconhece que a presença árabe em África se encontra em atualização e inscrição, pois a evolução a arqueologia tem trazido novos elementos que evidenciam a presença destes povos, bem como as suas grandes civilizações como a dos povos e reinos africanos Kasson e Djolof; Gana,

³ Considerada a fé da Arábia Saudita, inclui as cidades de Meca e Medina

⁴ Marcando o início do calendário muçulmano

Mali, Songai e Kanem ; Ifé, Oyó e Benin, sendo este último matriarca dos orixás cultuados no Brasil e que marcam inegavelmente a contribuição espiritual africana na religião brasileira.

Indagando sobre o islã e o tráfico de escravos, relata que a escravatura em África se inicia por volta do séc. XV quando muitos africanos eram cruelmente caçados e recrutados para a Europa e as Américas, sendo que este processo se operacionalizava em dois moldes: primeiramente por caça ao homem como se de animal selvagem se tratasse e, posteriormente, através de acordos com os chefes/lideranças locais que forneciam homens para escravidão recebendo em troca material de guerra e outro apoio que servisse aos seus reinos.

Igualmente revela que o processo de islamização em África não foi pacífico, uma vez que a nova religião encontrou outras práticas de religiosidade e ancestralidade, o que imperou para a sua implantação estabelecer alianças e construir uma imagem tolerante, persuadindo a elite africana a conceber o islã como fator de ascensão social, pois concedia acesso ao mercado internacional e garantia da manutenção do comércio principalmente para os países acima do Sahara. Foi assim que se formou o islão africano que aparece borrado nas práticas ancestrais africanas e no mundo árabe, pois ocorreu um processo de simbiose que fez nascer uma nova prática que Nei Lopes designa por islã negro-africano que chega ao Brasil cultuado pelos homens negros escravos que eram trazidos para o serviço escravocrata.

Penetrando na espiritualidade do escravizado negro-africano Nei Lopes o caracteriza como de dupla religiosidade: ancestral ou tradicional que se manifestava pelo culto aos deuses e seus antepassados, e, outra o islamismo em estreita ligação com o cristianismo. Quanto ao processo de recrutamento, sinaliza que os escravos recrutados pelos portugueses antes de embarcar eram batizados e atribuídos nomes portugueses de origem cristã católica e obrigados a esquecer o seu passado e construir nova identidade. São estes que ao desembarcar no Brasil, embora escravos, cultuavam a sua dupla religiosidade, no entanto, a convivência entre vários grupos, a intolerância ao islamismo nas terras do novo mundo (Brasil) e a política de dividir para dominar fizeram nascer novas práticas conhecidas como “religião dos alufás, culto muçurumim, muculimi ou malê” (LOPES, 2021, p.62) que rapidamente se expandiu pelo território todo como sinaliza o autor “embora vindos para o Brasil na condição de escravos, expandiram suas crenças e práticas por diversos pontos do território nacional”(LOPES, 2021, p.74).

Retomando a questão central, podemos indagar: qual é a contribuição do negro e do islã negro na formação do Brasil? A resposta é certamente encontrada de forma explícita no exercício que Nei Lopes desenvolve: “o culto do malê por parte dos negros foi um dos fatores de aglutinação e fortalecimento de africanos e descendentes na luta contra a opressão”(LOPES, p.75), corroborando Clóvis Moura (1981) refere que, se em África o islã serviu de mecanismo de controle

social no Brasil se converteu em movimento de resistência e de transformação e mudança social. Resistências estas descritas pelo autor como revoltas havidas na Bahia, um dos pontos de maior escalada para desembarque dos navios negreiros ao serviço do tráfico triangular, navios que ao partir de Brasil levava matéria-prima para Europa, de lá transportava produtos manufaturados para África e desta trazia escravos para o Brasil. Com o passar do tempo, o comércio se realizava de maneira direta Bahia-África simplificando as transações e trazendo mais negros para a Bahia e outros pontos do Brasil.

Foi assim, segundo Nei Lopes, que a Bahia, a partir do séc. XVIII, torna-se maior centro negro-africano no Brasil, igualmente revela o autor que o islã e outras práticas religiosas no Brasil cedo despertaram entre os negros a consciência de submissão e dominação, fazendo emergir revoltas, “lutas armadas que tinham como objetivo o término da exploração do braço negro” (LOPES, p.81) entre 1807 a 1835. Embora os negros e as negras não tivessem logrado sucesso em inúmeras das suas batalhas, sempre buscaram se autoafirmar o que se traduz pela inegável presença das suas práticas que indelevelmente marcam a religião, a culinária, o vestuário, o culto ao corpo entre outras práticas costumeiras.

Adentrando aos bantos, Nei Lopes caracteriza-os como sendo povos que lhes foi negada a sua importante história e contribuição na formação do povo brasileiro, para além da secundarização e inferiorização cultural durante séculos que perdurou no Brasil o racismo científico. Esta inferiorização também era registrada em relação a outros povos africanos, principalmente, os do ocidente africano. Neste especto Vianna (1959, p.20) escreve “os negros puros, vivendo nas florestas do Congo ou de Angola, nunca criaram civilização alguma”. Por isso, Nei Lopes toma emprestado de Jan Vianna o termo “ancestrais esquecidos” para designar a comunidade negra banto que veio ao Brasil e revelar que a secundarização dos bantos na afirmação das identidades na formação do Brasil e não só talvez derive a aparente facilidade destes na conversão para o cristianismo que funda a ideia preconceituosa “de que, em relação aos sudaneses, suas manifestações religiosas seriam frágeis, sem estrutura, apoiadas apenas em credices e superstições, sem bases concretas e, assim, facilmente sufocadas pelo catolicismo romano”(LOPES, 2021, p.191).

Apesar do racismo científico que combatia este grupo, a sua contribuição é notória, pois a maioria dos grupos como quimbundo, quicongo, ambundos, lubas e baludas exercem influência no português falado no Brasil e na forma de conceção do mundo que caracteriza muitas religiões brasileiras de origem africana como a de acredita que “os espíritos dos ancestrais são os principais intermediários entre a Divindade Suprema e os homens” (2021, p.142) que caracteriza os candomblé, ioruba de entre outras.

Ao trazer as reflexões do Homem africano a partir do vitalismo, espiritualidade e participação sagrada, o autor provoca um debate que atravessa o campo da filosofia em África e que é custoso na atualidade, pois se busca fixar uma filosofia banto que se aproprie da sua própria ontologia. Por estas razões e outras não postas, mas que emergem da leitura do livro, para quem se interroga sobre a forte presença dos negros africanos no Brasil, especificamente nos estados da Bahia, Pernambuco, Recife, Rio de Janeiro e sobre a riqueza que caracteriza o nordeste brasileiro, ao ver e ouvir lugares como “pequena África”, casa de macumba, quilombolas, ioruba, maracatu, capoeira, samba entre outras práticas e se desafia em compreender o Brasil que se forma na diferença de raça, cor, cultura e língua, lanço o convite para mergulhar na historiografia destes dois povos que muito partilham e que sabiamente “ Bantos, Malês e Identidade Negra” lhe reservam nas suas páginas.

Ler e/ ou reler Nei Lopes neste momento de renovada esperança no Brasil, onde pela primeira vez, a presença e o reconhecimento dos negros, pardos e indígenas nos espaços de liderança⁵ e de decisão é significativa e vislumbra algumas conquistas contra o racismo estrutural e a ideologia de embranquecimento e, por conseguinte, uma tentativa de (re)escrever a autoafirmação negra num país em que, apesar de negros, negras, pardos, pardas formarem a maioria da população, a sua história e sobretudo a diáspora negra no Brasil ainda se está por conhecer, difundir e respeitar.

REFERÊNCIAS

LOPES, Nei. **Bantos, Malês e Identidade Negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

MOURA, Clóvis. **Os quilombos e a rebelião negra**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

VIANNA, oliveira. **Raça e assimilação**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1959.

Enviado em: 21/01/2023

Aceito em: 09/05/2023

⁵ Exemplo é a indicação/nomeação da ministra Sónia Guajajara para liderar o Ministério dos Povos Indígenas.